



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62

RECEBI EM

05/06/2020
16:54

ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS ESTADO DE MATO GROSSO

Ref.: Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 63/2020



A empresa **J FREITAS ROCHA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ/MF sob o nº 29.450.690/0001-62, estabelecida no Avenida General Osorio, nº 1.867, Bairro Centro, em Cáceres/MT, CEP: 78.200-000, Telefone para contato: (65) 9.9668-7778, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, tempestivamente, e, com fundamento no artigo 109, da Lei 8.666/96, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão administrativa, na qual a Comissão de Licitação do Processo modalidade Tomada de Preços nº 63/2020, declarou como vencedora do processo licitatório a empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ nº 22.233.584/0001-88, com sede na Rua C77, Nº 121, Quadra 138, Lote: 06/07, CASA 3, SETOR SUDOESTE, na cidade de Goiânia – GO, CEP 74.303-140, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I - DOS FATOS:

A Empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME**, foi declarada vencedora no processo licitatório citado em epígrafe, apresentado o valor total de R\$ 152.967,87 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos).

AV GENERAL OSORIO nº 1867, CENTRO, CEP 78.200-000, CACÉRES/MT
E-MAIL: JFRE.ENGENHARIA@OUTLOOK – FONE: (65) 9 9668-7778



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



Ocorre que, pelos documentos apresentados pela empresa recorrida, houve patente violação e ocorrência de irregularidades graves no certame, violando a Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.520/2002 e Súmula nº 258 -TCU.

Explico.

II - DO DIREITO:

1) **Inexistência de orçamento básico detalhado em planilhas de cada um dos serviços a serem executados, nos termos do art. 8º, inciso II, do Decreto nº 3.555/2000, o art. 3º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002, e o art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e Súmula nº 258 – TCU;**

Com efeito, numa simples análise da planilha de custos de cada um dos serviços a serem executados pela empresa vencedora, verifica-se a inexistência do devido e necessário detalhamento.

É cediço que a Constituição da República estabelece no inciso XXI, do Artigo 37 que as obras serviços, compras e alienações da Administração Pública serão contratadas mediante processo de licitação pública, devendo o agente licitante assegurar a igualdade e publicidade a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

Por sua vez, a Lei Federal n. 8.666/93, nos seus artigos 7º a 12, **exige** como condição para a realização de licitação, e sob a pena de nulidade de todo o certame, a elaboração de *detalhamento prévio da obra e ou serviço a ser contratado, com planilhas de todos os unitários para a sua execução*, entre outras especificações.



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



Com efeito nobres Membros da Comissão de Licitação, esses dispositivos exprimem bem a intenção do legislador de exigir uma ação previamente planejada da Administração Pública, estabelecendo requisitos que devem ser atendidos pelo administrador ao realizar as licitações para a prestação de serviços, de maneira em que o artigo 7º, § 2º, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93, estabelece que os serviços só poderão ser licitados **quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários**, senão vejamos:

"Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

III - execução das obras e serviços.

II - existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a **composição de todos os seus custos unitários;**" (gf)

Na mesma legislação, em seu artigo 40, § 2º, estabelece que fazem parte integrante dos anexos do edital o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários:

"Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

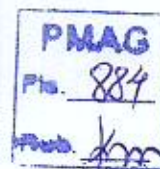
§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação. (gf)

E ainda, as **Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas editada pelo TCU**, ao descrever sobre Planilha orçamentária ou orçamento analítico, que é a relação de todos os serviços com as respectivas unidades de medida, quantidades e preços unitários, *calculados a partir dos projetos, cronograma, demais especificações técnicas e critérios medição*:

"2.12 Planilha orçamentária ou orçamento analítico" é a relação de todos os serviços com as respectivas unidades de medida, quantidades e preços unitários, calculados a partir dos projetos, cronograma, demais especificações técnicas e critérios de medição. Assim, o orçamento analítico é aquele que apresenta a relação completa dos serviços necessários à obra, porém, sem desdobrar os insumos presentes em cada serviço. Deve-se elaborar um orçamento analítico específico para cada edificação, etapa, trecho ou parcela do empreendimento, providência que facilitará a execução e o controle das medições pela equipe de fiscalização contratual. Os orçamentos analíticos devem ser preferencialmente elaborados incluindo os percentuais de BDI, uniformes ou diferenciados, nos preços unitários dos serviços. Quando for conveniente, admite-se elaborar o orçamento analítico apresentando nas suas linhas o custo unitário dos serviços, incluindo-se a incidência do BDI de forma destacada ao final da planilha sobre todo o montante dos custos diretos. A planilha orçamentária deve conter subtotais para cada grupo de serviços que compõem uma etapa ou



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



parcela do empreendimento. Bem como apresentar, dentre outras, as seguintes informações nos títulos da planilha: • descrição da obra a que se refere; • data-base do orçamento; • indicação do edital ou contrato a que se refere; • número da revisão; e • nome, habilitação, número de registro no órgão competente e assinatura do responsável técnico que elaborou o orçamento. Ademais, o orçamento analítico deve apresentar as seguintes colunas: • item ou subitem; • código da composição de preço unitário utilizada ou fonte e código da composição de custo unitário, no caso de ser utilizada uma composição obtida em sistema referencial de custos; • descrição do serviço; • unidade de medida; • quantidade do serviço; • preço unitário do serviço; e • preço total de cada serviço. Em vista do exposto, a estruturação do orçamento analítico pode ser realizada conforme o modelo ilustrado na figura a seguir.”¹

Portanto, como assinalado acima, a administração pública, como entidade licitante, conhecedora das exigências editalícias existente na Lei de Licitações e Contratos, tendo tido a oportunidade de analisar às minúncias a planilha de custos apresentada pela empresa vencedora, e, expor as razões de seu acolhimento, mas, no caso concreto, não o fez.

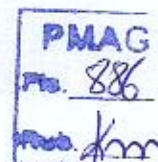
Com efeito, a planilha de custos apresentadas pela empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME** não expôs as estruturas analíticas do custo, com a decomposição do preço em custos diretos, indiretos, tributos e outros, não permitindo que se faça uma comparação com as propostas apresentadas pela empresa ora recorrente, que por sua vez, apresentou detalhadamente todos os custos unitários da obra licitada, conforme se vê da planilha em anexo. Foi apresentada uma tabela anexa, com valores percentuais,

¹ Disponível em: <file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/2675808.PDF> - acessado em 04/06/2020
AV GENERAL OSORIO nº 1867, CENTRO, CEP 78.200-000, CACÉRES/MT
E-MAIL: JFR.ENGENHARIA@OUTLOOK – FONE: (65) 9 9668-7778



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



sem estar inseridos na tabela principal, violando assim, frontalmente as normas acima mencionadas, senão vejamos:

PREFEITURA
ALTO GARÇAS

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020

DRW
AMBIENTAL

CÓDIGO		ENCARGOS SOCIAIS			
		DESCRÇÃO		ENCARGOS SOCIAIS	
				MORFIA	SEMPALISTA
				%	%
A1	INSS			10,00%	10,00%
A2	SEI			1,00%	1,00%
A3	EDUAT			1,00%	1,00%
A4	INSSA			1,00%	1,00%
A5	SEIAT			1,00%	1,00%
A6	SALARIO EDUCACAO			1,00%	1,00%
A7	SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO			1,00%	1,00%
A8	FGTS			8,00%	8,00%
A9	SECONDI			1,00%	1,00%
A	TOTAL			23,00%	23,00%
B1	REPOUSO SEMANAL REMUNERADO			17,74%	NÃO INCIDE
B2	FERIADOS			17,74%	NÃO INCIDE
B3	AUXILIO - DOENÇAS			3,07%	NÃO INCIDE
B4	13º SALARIO			8,00%	8,00%
B5	LICENÇA PATERNIDADE			10,00%	10,00%
B6	FALTAS JUSTIFICADAS			0,00%	0,00%
B7	DIAS DE GRAFAS			0,00%	0,00%
B8	AUXILIO ACIDENTE DE TRABALHO			1,15%	NÃO INCIDE
B9	PERMANECER			0,00%	0,00%
B10	ACIDENTE MATERNA			10,00%	10,00%
B	TOTAL			48,69%	48,69%
C1	AVISO PREVIO INDEVIDO			5,00%	5,00%
C2	AVISO PREVIO TRABALHADO			0,00%	0,00%
C3	PERDA INDEVIDO			1,00%	1,00%
C4	DEPOSITO RESCISAO SEM JUSTA CAUSA			4,00%	4,00%
C5	INDEVIDO ALICIONAL			0,00%	0,00%
C	TOTAL			10,00%	10,00%
D1	RESCISAO DE CONTRATO A SOBRA DE OBRAS			1,00%	1,00%
D2	RESCISAO DE CONTRATO A SOBRA DE OBRAS			0,00%	0,00%
D	TOTAL			1,00%	1,00%

Alto Garças-MT 02/06/2020

Luciano de Castro Pereira
DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ de nº 22.233.584/0001-88

22.233.584/0001-88
DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA
AMBIENTAL - EIRELI
RUA O - 77 - Nº 8/9, QD. 138, LT. 08-C
SETOR SUDOESTE - CEP 74.603-110
GOIÂNIA-GO

Assim, constata-se de plano que a planilha de custos apresentada pela empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME** está em desacordo com as **Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas** editada pelo TCU, não cumprindo sequer os requisitos apresentados pela Tabela de Referência apresentada pela

E-MAIL: JFREINGENHARIA@OUTLOOK - FONE: (65) 9 9668-7778



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



Administração Pública, que por sua vez, está em consonância com a tabela orçamentária apresentada pela empresa recorrida.

A **Súmula do TCU nº 258** consubstancia que as composições de custos unitários e o detalhamento de Encargos Sociais e do BDI integram o orçamento compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia, devendo constar dos anexos do edital de licitação e das propostas das licitantes e não podem ser indicados mediante uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

O renomado doutrinador Marçal Justen Filho, ao comentar o art. 7º, § 2º, II, da Lei 8.666/93, assevera que:

"A regra do inc. II não poderá ser cumprida rigorosamente, em todos os casos. Determina a obrigatoriedade de previsão detalhada das despesas, através de planilhas que indiquem os custos unitários. Ora, a Administração não deterá condições, muitas vezes, de promover a apuração desses montantes. Como não atua empresarialmente em certos setores, a Administração não disporá de elementos para fixar o orçamento detalhado. **Mas isso não elimina o dever de estimar custos, pois não é lícito a Administração iniciar a licitação sem previsão dos valores a desembolsar (...)**" (grifei)

Portanto, nobres Membros da Comissão de Licitação, a irregularidade acima apontada prejudica a formação das propostas, violando o julgamento objetivo e a publicidade do procedimento, pois não foram apresentados dados objetivos pela empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME** dificultando ainda a fiscalização pelos órgãos de controle.

2) Violação ao princípio da economicidade;

AV GENERAL OSORIO nº 1867, CENTRO, CEP 78.200-000, CACÉRES/MT
E-MAIL: JFRE.ENGENHARIA@OUTLOOK – FONE: (65) 9 9668-7778



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



Deve ser acrescentado, ainda, que a ilegalidade apontada no tópico anterior, também é capaz de violar o princípio da economicidade, pois sem uma planilha ou uma metodologia que detalhe os custos envolvidos, o valor contratado pode ficar aquém do que realmente é necessário para a prestação dos serviços descritos no Termo de Referência.

Nesse diapasão, é patente que a proposta apresentada pela empresa vencedora padece de justificativas em termos de quantitativos e preços unitários, conforme previu o Termo de Referência apresentado pela Administração Pública, e exigido pelas normas legais acima indicadas.

3) Violação ao princípio da transparência e isonomia entre os interessados;

Além do que foi exposto alhures, a indisponibilidade das composições de custos unitários por parte da empresa vencedora **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME**, prejudica a transparência e a isonomia entre os licitantes, pois é fundamental *que todos os licitantes obtenham acesso às mesmas informações a do objeto licitado*, de forma adequada e suficiente para a formulação de suas propostas.

A ausência de estruturas analíticas do custo, com a decomposição do preço em custos diretos, indiretos, tributos e outros, não permite que se faça comparação com a proposta apresentada pela empresa recorrente, sendo que, a prática de se adotar um orçamento deficiente, dificulta e até mesmo impede que os custos efetivos do objeto contratado seja devidamente apurado.

Nesse particular frisamos que, a Tomada de Preço nº 63/2020, o custo estimado foi de **R\$ 184.297.90 (cento e oitenta e quatro mil duzentos e noventa e sete reais e noventa centavos)**.



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



No entanto, a empresa vencedora apresentou um valor de R\$ 152.967,87 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos), portanto, com uma diferença grande de R\$ 31.330,03 (trinta e um mil trezentos e trinta reais e três centavos), e, para os valores estimados não foram apresentados os valores mínimos com encargos sociais complementares, exigidos na Tabela de Referência apresentada pela Administração Pública.

Também, é facilmente perceptível que a empresa vencedora **não justificou** como se chegou aos quantitativos percentuais apresentados na tabela dos encargos de mão de obra.

Sendo assim, o valor estimado de R\$ 152.967,87 (cento e cinquenta e dois mil novecentos e sessenta e sete reais e oitenta e sete centavos) não contém os pressupostos legais para dar legitimidade a Tomada de Preço nº 63/2020, visto que encontra-se em desconformidade com as exigências editalícias previstas no artigo 7º, § 2º, e o artigo 40º, § 2º, inciso II, ambos da Lei nº 8666/93.

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União** quanto à ausência da composição de todos os custos unitários por cada serviço, já decidiu que:

"Acórdão 1996/2011-Plenário.Relator: VALMIR CAMPELO
Enunciado: Previamente às contratações públicas, inclusive diretas, deve ser realizada ampla pesquisa de preços no mercado e em órgãos da Administração Pública, contendo preços fundamentados e *detalhados* m orçamentos expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado."



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



"Acórdão 2823/2012-Plenário. Relator JOSÉ JORGE

Enunciado: É irregular a ausência da composição de todos os custos unitários estimados pela Administração para execução de serviços a serem contratados, pois impossibilita que se conheçam os critérios utilizados para a formação do preço admissível. De igual modo, são irregulares as ausências das composições dos custos unitários da planilha orçamentária, do detalhamento do BDI e dos encargos sociais relativos ao contrato, bem como a falta de exigência para que as licitantes apresentem suas propostas com tais elementos."

"Acórdão 2136/2017-Plenário. Relator: AROLDO CEDRAZA

Enunciado: não deve exigir das empresas contratadas no regime de contratação integrada, por ocasião da entrega dos projetos básico e executivo, a apresentação de orçamento detalhado contendo descrições, unidades de medida, quantitativos e preços unitários todos os serviços da obra, acompanhado das respectivas composições de custo unitário, bem como do detalhamento dos sociais e da taxa de BDI, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei 12.462/2011, aplicável a todos os regimes de execução contratual do RDC, e da Súmula TCU 258."

Acórdão 619/2006 – Plenário

Parte do Voto: *"visando a alcançar a proposta mais vantajosa nas contratações efetivadas pela instituição, em observância aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, dentre outros, consoante o art. 37, caput, da Constituição Federal e o art. 2º de seu Regulamento de Licitações e Contratos, atente para as seguintes orientações: a especificação adequada do objeto a ser contratado, o que, no caso de uma obra, deve ser feito por meio de um projeto básico tecnicamente*



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



*adequado, elaborado por profissional competente; a necessária identificação de autoria e data da elaboração do projeto básico e do orçamento que o compõe, bem como a aprovação da autoridade competente do Sesi; e a **devida discriminação das composições dos custos unitários dos serviços acessíveis aos interessados [...]**" (grifei)*

III - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, a empresa recorrente **J FREITAS ROCHA EIRELI** requer:

a) Seja declarada inabilitada a empresa vencedora do certame, **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME**, declarando-se a recorrente como vencedora da Tomada de Preços nº 63/2020.

b) Não sendo este o entendimento firmado, requer subsidiariamente seja decretado a nulidade do processo a partir da habilitação da empresa vencedora **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI – ME**, declarando-se a empresa recorrente **J FREITAS ROCHA EIRELI** como vencedora do certame.

c) Não sendo este o entendimento firmado, requer subsidiariamente seja encaminhado, com a URGÊNCIA necessária, cópia integral do presente processo ao órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, para uma análise e auditoria minuciosa de todos os questionamentos acima enumerados, bem como ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para análise detalhada e emissão do necessário parecer sobre a regularidade e legalidade do presente processo licitatório.

Nestes termos,

AV GENERAL OSORIO nº 1867, CENTRO, CEP 78.200-000, CACÉRES/MT
E-MAIL: JFRENGENHARIA@OUTLOOK – FONE: (65) 9 9668-7778



J FREITAS ROCHA EIRELI

CNPJ: 29.450.690/0001-62



Pede e espera deferimento.

Cáceres/MT, 04 de junho de 2020.



Josefran Freitas Rocha

CPF 011.0651.981.93

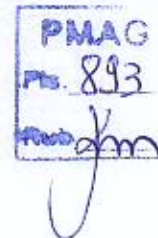
Proprietário

Recurso Administrativo - Tomada de Preços n. 002/2020

Licitacao AG <licitacaoag2017-2020@hotmail.com>

Seg, 08/06/2020 15:34

Para: juridico@grupodrw.com <juridico@grupodrw.com>; Júlio César Taveira <jcivtaveira@gmail.com>



1 anexos (7 MB)

RECURSO J FREITAS ROCHA EIRELI.pdf;

Prezados(as) Senhores(as)

Encaminhamos em anexo Recurso Administrativo protocolado tempestivamente pela empresa J FREITAS ROCHA EIRELI, tendo em vista a decisão da Comissão Permanente de Licitação sobre a Tomada de Preços n. 002/2020 cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL (ANEXO AO PRONTO ATENDIMENTO) DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Em atendimento ao item 14.3 do edital e Lei n. 8.666/93, comunicamos aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados junto a Comissão Permanente de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal, em dias úteis, no horário das 12:00 às 18:00 horas.

As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, inclusive eletrônico, razão social e telefone para contato), por e-mail (licitacaoag2017-2020@hotmail.com), e posteriormente junto ao Serviço de Protocolo do órgão licitador ou diretamente ao (a) Presidente.

Atenciosamente,

Depto. Licitações e Contratos



Antes de imprimir pense na SUA responsabilidade e no SEU compromisso com o MEIO AMBIENTE

ILUSTRÍSSIMA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA DE ALTO GARÇAS DO ESTADO DO MATO GROSSO.



REF. TOMADA DE PREÇOS nº 063/2020.

A Empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.233.584/0001-88, com sede na Rua C-77, quadra 138, nº 121, qd. 138, lote 06/07, casa 03, Setor Sudoeste, CEP: 74.303-140 – Goiânia – GO, com telefone para contato 062-4101-37-92, vem através desta apresentar CONTRA RAZÕES ao recurso apresentado pela **EMPRESA J.FREITAS ROCHA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 29.450.690/0001-62, alegando o não cumprimento do edital por parte da CONTRARRAZOANTE, o que demonstra, claramente, conforme vamos demonstrar, um profundo desconhecimento do diploma editalício, bem como dos princípios basilares do procedimento licitatório, por parte da recorrente.

CONTRARRAZÕES RECURSAIS

DA TEMPESTIVIDADE

Em atendimento ao item 14.3 do edital e da Lei n. 8.666/93, as licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que seria até dia 09 para empresa Recorrente, **iniciando o prazo da CONTRARRAZOANTE dia 10 de junho e finalizando dia 17 de junho**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr após o término do prazo da recorrente. Logo, a empresa **DRW TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA** mostra-se em tempo hábil para a apresentação destas.

DOS FATOS

Trata-se de uma licitação na modalidade tomada de preços do **tipo menor preço global, para contratação de Empresa ESPECIALIZADA PARA A REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL (ANEXO AO PRONTO ATENDIMENTO) DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT, CONFORME PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO,**

ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A Recorrente inconformada com a aceitação da proposta e habilitação da Recorrida, insurge com alegações, de forma frágil e infundadas, quanto ao suposto descumprimento de itens do edital, no entanto tais alegações não merecem prosperar.

Em respeito à ampla defesa e ao contraditório, respeitam-se as tentativas e argumentos da empresa por ora recorrente em apresentar suas considerações a respeito da decisão desta Comissão de Licitação, mas conforme será exposto a seguir, a insistência em reconhecer supostas irregularidades existentes na condução do julgamento do certame e a insistência em declarar que a proposta apresentada pela Recorrida não preenche o exigido pelo Edital devem ser tão logo excluída.

A Contrarrazoante é uma empresa séria e, como tal, preparou sua documentação totalmente de acordo com o edital, que foi prontamente aceita por essa Administração.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias.

Impõe à Administração e ao licitante a observância das **normas estabelecidas no Edital** de forma clara e objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Primeiramente cumpre ressaltar que a Empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, foi devidamente habilitada por esta digna Comissão, e sua proposta foi aceita após análise dos Engenheiros do Município, sendo a Empresa contrarrazoante a única apresentar Atestados de Capacidade Técnica com serviço compatível ao objeto licitado e o menor preço.

É o objetivo da licitação a escolha da proposta mais vantajosa. Sob qualquer aspecto, seja do tipo melhor preço, melhor técnica ou técnica e preço. Isso significa dizer que deve ser utilizada a solução mais eficiente e mais econômica para qualquer situação.

Das alegações infundadas da recorrente:

1) ORÇAMENTO BÁSICO DETALHADO EM PLANILHAS E A NÃO COTAÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS:

O Recorrente fez a inversão, quando ele cita que a empresa não fez orçamento básico, sendo este item foi abordado pelo edital e constava no documento **20200203-ALTO-GARÇAS-ORÇ-R00-HOSPITAL.pdf** fornecido pela Prefeitura que estava em anexo ao Termo de Referência, denominado **COMPOSIÇÃO DE PREÇOS** nas páginas 7 a 28 do referido documento, devidamente fornecido pela Prefeitura, atendendo aos preceitos legais editalícios.

A EMPRESA DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA, seguiu todas as exigências e a forma de elaboração da planilha de acordo com o que o EDITAL e TERMO DE REFERÊNCIA fornecido pelo município, principalmente quanto ao atendimento do Item 12.1 alínea "b" e "c" onde solicita a Planilha Orçamentária (ANEXO II) e Cronograma (ANEXO II), conforme também fica explícito no Item 28.17 que relaciona os anexos. Abaixo transcrevemos do Edital, os itens acima citados.

12.1. A proposta contida no interior do envelope nº 02 deverá ser apresentada na seguinte forma:

- a) Carta Proposta preferencialmente em papel timbrado, identificando a obra a que a empresa está concorrendo, modalidade, nº do processo licitatório, dados bancários, validade da proposta, prazo de conclusão e o preço global, por extenso, em reais, esclarecendo que se refere ao mês de apresentação da proposta, na forma do Anexo XI deste Edital;
- b) Planilha orçamentária adotada pela licitante, conforme Anexo II deste Edital;
- c) Cronograma Físico-Financeiro, na forma do Anexo III deste Edital.

28.17. Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II - Planilha Orçamentária;

Anexo III - Cronograma Físico - Financeiro;

Fica claro que, o argumento do recorrente em solicitar que a DRW apresentasse a COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, com o detalhamento de cada preço, NÃO É EXIGENCIA EDITALÍCIA, e sim uma vã alegação, que resta ao perdedor inconformado. (Abaixo o fragmento do argumento da recorrente).

Com efeito, numa simples análise da planilha de custos de cada um dos serviços a serem executados pela empresa vencedora, verifica-se a inexistência do devido e necessário detalhamento.

A comparação de preços entre as Licitantes foi definida no edital como REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, portanto, não há o que se comparar preço com detalhamento de Composição de Preço Unitário, não exigido no Edital. Mais uma vez comprovamos que nossa documentação está correta e com atendimento integral as exigências editalícias.

O argumento que a empresa DRW apresentou tabela com percentuais, (como transcrito no frangimento abaixo), também não procede, pois apresentamos devidamente a Composição de Encargos Sociais sobre Mão de Obra, valido no Estado do Mato Grosso, compatível com o percentual apresentado na Planilha orçamentária da prefeitura e inserido na nossa Proposta Orçamentária. Tudo em consonância e dentro dos princípios da Legalidade e Transparência.

planilha em anexo. Foi apresentada uma tabela anexa, com valores percentuais, sem estar inseridos na tabela principal, violando assim, frontalmente as normas acima mencionadas, senão vejamos:

PREFEITURA ALTO GARÇAS RUA N.º 121, LT. 6/7, C-3, SETOR SUDOESTE - GOIÂNIA - GO FONE: (62) 3017-2020		DRW AMBIENTAL	
LUCIANO DE CASTRO PEREIRA DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA		LUCIANO DE CASTRO PEREIRA DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
41	TRAB.	1,000	1,000
42	TRAB.	1,000	1,000
43	TRAB.	1,000	1,000
44	TRAB.	1,000	1,000
45	TRAB.	1,000	1,000
46	TRAB.	1,000	1,000
47	TRAB.	1,000	1,000
48	TRAB.	1,000	1,000
49	TRAB.	1,000	1,000
50	TRAB.	1,000	1,000
51	TRAB.	1,000	1,000
52	TRAB.	1,000	1,000
53	TRAB.	1,000	1,000
54	TRAB.	1,000	1,000
55	TRAB.	1,000	1,000
56	TRAB.	1,000	1,000
57	TRAB.	1,000	1,000
58	TRAB.	1,000	1,000
59	TRAB.	1,000	1,000
60	TRAB.	1,000	1,000
61	TRAB.	1,000	1,000
62	TRAB.	1,000	1,000
63	TRAB.	1,000	1,000
64	TRAB.	1,000	1,000
65	TRAB.	1,000	1,000
66	TRAB.	1,000	1,000
67	TRAB.	1,000	1,000
68	TRAB.	1,000	1,000
69	TRAB.	1,000	1,000
70	TRAB.	1,000	1,000
71	TRAB.	1,000	1,000
72	TRAB.	1,000	1,000
73	TRAB.	1,000	1,000
74	TRAB.	1,000	1,000
75	TRAB.	1,000	1,000
76	TRAB.	1,000	1,000
77	TRAB.	1,000	1,000
78	TRAB.	1,000	1,000
79	TRAB.	1,000	1,000
80	TRAB.	1,000	1,000
81	TRAB.	1,000	1,000
82	TRAB.	1,000	1,000
83	TRAB.	1,000	1,000
84	TRAB.	1,000	1,000
85	TRAB.	1,000	1,000
86	TRAB.	1,000	1,000
87	TRAB.	1,000	1,000
88	TRAB.	1,000	1,000
89	TRAB.	1,000	1,000
90	TRAB.	1,000	1,000
91	TRAB.	1,000	1,000
92	TRAB.	1,000	1,000
93	TRAB.	1,000	1,000
94	TRAB.	1,000	1,000
95	TRAB.	1,000	1,000
96	TRAB.	1,000	1,000
97	TRAB.	1,000	1,000
98	TRAB.	1,000	1,000
99	TRAB.	1,000	1,000
100	TRAB.	1,000	1,000

LUCIANO DE CASTRO PEREIRA
DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ nº 22.253.554/0001-88

PMAG
Pis. 897
LUCIANO DE CASTRO PEREIRA
DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
CNPJ nº 22.253.554/0001-88
RUA C-77, Nº 121, Lt. 6/7, C-3, SETOR SUDOESTE - GOIÂNIA - GO

Quanto ao Princípio da Economicidade, está amplamente garantido na decisão da Comissão de Licitação em habilitar e aceitar a melhor proposta do certame, a licitante DRW. Os preços são plenamente exequíveis e a planilha de preços apresentada está exatamente dentro dos padrões definidos no Edital, com quantitativos iguais a Planilha Referência da Prefeitura e os preços apresentados pela licitante estão plenamente aceitáveis e dentro do padrão técnico de execução. Portanto, está garantido o Princípio Constitucional da Economicidade para a Municipalidade.

DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, a empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA** requer o não provimento do recurso administrativo sem fundamento interposto pela empresa J. FREITAS ROCHA EIRELI.

E como conseguinte, a continuidade da habilitação e classificação da empresa **DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA**, com a aceitação dos fundamentos desta CONTRARRAZÃO e o prosseguimento das demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

É indispensável o não provimento do recurso, para que os atos vinculados da administração sejam sempre eivados de legalidade, impessoalidade, eficiência e moralidade.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Alto Garças, 15 de junho de 2020.

Marília Rodrigues de Lima

DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA

CNPJ nº 22.233.584/0001-88

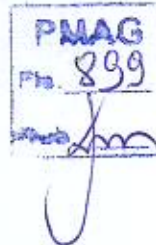
Marília Rodrigues de Lima

RG nº 4699333



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



OFÍCIO: 018/2020-CT.076-2017-ENG

Alto Garças MT, 22 de Junho de 2020.

Referente: **RECURSO ADMINISTRATIVO - TP: 002/2020**
REFORMA DO HOSPITAL MUNICIPAL - PRONTO ATENDIMENTO
Resposta ao Ofício
J FREITAS ROCHA EIRELI CNPJ: 29.450.690/0001-62

COMUNICAÇÃO INTERNA

A

Comissão Permanente de Licitações
Prefeitura de Alto Garças/MT

Referente à solicitação da Empresa **J FREITAS ROCHA EIRELI**, quanto ao seu Pedido de Recurso Administrativo, Tomada de Preços 063/2020 (Conforme citado no próprio Ofício da Empresa), informo que não foi possível localizar a referida TP, uma vez que somente foram publicadas até o momento: TP: 001/2020; TP: 002/2020; TP: 003/2020.

Em função dos valores informados e da empresa citada como Vencedora, acredita-se tratar da Tomada de Preços 002/2020 e não 063/2020, como citado em Ofício.

A seguir, apresento respostas, de forma a buscar esclarecer os questionamentos apresentados:

I - DOS FATOS:

É informado pela Recorrente, que houveram irregularidades graves, inclusive cita as Leis 8.666/1993; 10.520/2002 e Súmula 258-TCU.

Resposta:

1 - Nesse caso, conforme é citada a Lei 10.520/2002, é importante informar que essa Lei diz respeito exclusivamente à modalidade de licitação denominada PREGÃO, para aquisição de bens e serviços comuns, o que não vêm ao caso, uma vez que na licitação em análise, conforme informado no Edital, a modalidade adotada é outra, e está bem clara.

2 - No caso da Súmula Nº: 258-TCU, esta se refere às composições de custos unitários, detalhamento de encargos sociais e do BDI, que integram o orçamento que compõe o projeto básico da obra ou serviço de engenharia.

Nesse caso, é importante informar, que a obrigação da apresentação desses documentos é exclusivamente da Prefeitura, pois devem constar dos anexos do edital de licitação. A partir daí, poderá ser apresentado pelas licitantes envolvidas no certame.



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

PMAG
Pls. 900
J

Ainda com relação ao projeto básico, planilhas, cronogramas e memoriais, Informo que todos os projetos foram devidamente elaborados por diversos profissionais, cada um em sua área específica, todos pertencentes ao quadro de profissionais da Associação Mato-Grossense dos Municípios, inclusive com o fornecimento de A.R.T. específica para cada atividade por eles desenvolvidas.

Também é importante informar que todo o processo passou por aprovação nos órgãos estaduais por se referir a um prédio da área da saúde, entre eles a Vigilância Sanitária, Secretaria de Saúde do Estado de Mato Grosso, e posteriormente, foram liberados para licitação, contratação e execução dos serviços propostos.

Quanto à composição dos preços unitários, foi adotada pela Engenharia da AMM, a tabela SINAPI (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), e devidamente informada no topo da Planilha da Administração, que é uma tabela que fornece preços de insumos e mão de obra, com atualização mensal, para todas as capitais do país, para diversos tipos de obras, sobretudo para o setor público.

Todas as composições do SINAPI são disponibilizadas gratuitamente, sendo de conhecimento de todo profissional de engenharia, portanto, não havendo a necessidade de se reproduzir graficamente, e apresentá-las junto da proposta, bastando para isso, apenas informar qual o respectivo Código do SINAPI para cada item, conforme consta da Planilha da Administração, e isso foi feito pelas Licitantes.

Alguns dos itens da planilha não constam da tabela do SINAPI. Portanto, para isso, a Engenharia da AMM disponibilizou um código específico para cada item e também informou a composição e os valores que compõem esse determinado item. Cito como exemplo, a composição AMM CIV 001, referente à Administração Local, que foi encaminhado às Licitantes, uma tabela de composição dos preços, onde nela consta que para essa composição, serão necessários 128 horas de trabalho de um Mestre de obras e de 16 horas de um Engenheiro Civil, o que totaliza a composição do item, o valor de R\$ 5.584,96. E assim, corretamente, foi adotado esse valor unitário para o item 1.1 da Planilha da Administração.

Quanto a qualquer contestação pela falta de composição de algum dos serviços contidos na planilha, não houve registro que qualquer tipo de questionamento das Licitantes à Comissão, antes da abertura da seção, durante a abertura ou durante a visita técnica.

Apresentar composição dos custos unitários, de acordo com a modalidade adotada, é de responsabilidade inicial da Prefeitura, e não das Licitantes, sendo que estas deverão apresentar seus preços unitários, respeitando rigorosamente os serviços descritos, e respectivamente as suas quantidades, seguindo a planilha orçamentária de referência, sem exceção.

II - DO DIREITO:

É informada por parte da Licitante, a inexistência de orçamento básico detalhado em planilhas de cada um dos serviços a serem executados, contidos nos termos



do Art. 8º, Inciso II, do Decreto Nº 3.555/2000; Art. 3º, Inciso III, da Lei 10.520/2002, e ainda, o Art. 7º, §2º, Inciso II, da Lei Nº 8.666/1993, e Súmula Nº 258-TCU.

Resposta:

1 - Quanto à inexistência do detalhamento dos custos dos serviços propostos na Planilha da Administração, este ponto encontra-se respondido anteriormente, inclusive, houve tempo hábil para o questionamento antes da abertura da seção e durante a abertura da seção. Até mesmo durante a visita técnica, vez que a empresa não fez valer seus direitos podendo inclusive, durante a visita, elaborar quaisquer questionamentos a respeito.

Fica evidente, que o projeto fora elabora por instituição séria, por profissionais capacitados e que passou por processo de aprovação junto a órgãos públicos da área da saúde do Estado.

Ao fazer menção ao Art. 8º, Inciso II, do Decreto Nº 3.555/2000, mostra um total desconhecimento de que tal Decreto refere-se à modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, diferente da modalidade adotada neste certame.

Ao fazer menção ao Art. 3º, Inciso III, da Lei 10.520/2002, novamente está se referindo a modalidade Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, diferente da modalidade adotada neste certame.

Ao fazer menção ao Art. 7º, §2º, Inciso II, da Lei Nº 8.666/1993, novamente está se referindo a necessidade de existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. Essa informação já fora respondida anteriormente, inclusive informando que fora adotada a tabela SINAPI, como tabela de referência modelo Caixa Econômica Federal.

Ao fazer menção a Súmula Nº 258-TCU, importante informar que também se encontra respondido anteriormente.

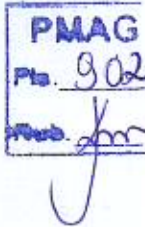
Existe ainda, uma citação quanto à Constituição da República, onde o agente licitante deverá assegurar a igualdade e publicidade a todos os concorrentes. Isso foi feito, e não houve quaisquer questionamentos a respeito, inclusive quando a própria Comissão de Licitação perguntou a todos os participantes mais de uma vez, e no momento não houve manifestação.

Nas páginas do recurso, foi transcrito um trecho do Art. 40, § 2º sobre os anexos do edital: "II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários". Isso foi feito, tanto que não houve quaisquer manifestações a respeito. A Planilha da Administração apresenta planilhas onde o orçamento é expresso em quantitativos e preços unitários. Também nas planilhas orçamentárias da administração, consta o valor de



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



B.D.I. e de Encargos Sociais, não me permitindo entender com clareza o que a Licitante está por questionar.

A meu ver, o que se pretende com esse questionamento por parte da Recorrente, é desconsiderar a proposta da empresa considerada como vencedora, pois não apresentou os valores mínimos com encargos sociais complementares, "exigidos" na Tabela de Referência apresentada pela Administração Pública. (Texto extraído do recurso, página 09/12).

Resposta:

1 - Quanto a este questionamento, verifica-se que no alto de cada página da planilha orçamentaria da empresa DRW, existem os valores, tanto de B.D.I., quanto de Leis Sociais, devendo ser desconsiderado tal questionamento.

Quanto aos acórdãos do TCU, apresentados nas folhas 9,10 e 11, temos o seguinte:

Acórdão 1996/2011: Deverá ser realizada ampla pesquisa de preços no mercado e em órgãos de Administração Pública.

Resposta: Isso foi feito, através da tabela de preços SINAPI, como respondido anteriormente, adotada e recomendada a sua adoção, em todas as obras públicas dentro o Estado de Mato Grosso, salvo algumas obras de terraplenagem e pavimentação asfáltica. As pesquisas de preços no mercado de cada capital de Estado são feitas periodicamente, ficando sob a responsabilidade do corpo técnico da Caixa Econômica Federal e esta disponibiliza gratuitamente a sua tabela SINAPI por regiões e capitais a todos os interessados.

Acórdão 2823/2012: É irregular a ausência de composição de todos os custos unitários, do detalhamento do BDI e dos encargos sociais, bem como a falta da exigência para as licitantes apresentarem suas propostas com tais elementos.

Resposta: A composição dos custos unitários são aqueles correspondentes aos códigos da tabela SINAPI. Os serviços que não constam dessa tabela de referência, foram todos devidamente indicados as suas composições, sendo parte integrante do projeto básico e planilhas apresentadas às Licitantes.

Acórdão 2136/2017: Não deve exigir das empresas contratadas no regime de contratação integrada.

Resposta: Com relação a esse acórdão, sequer poderia estar sendo citado, uma vez que faz menção a um regime de contratação diferente do que está proposto nesta





tomada de preços. Para deixar claro a recorrente buscou amparo em um RDC (Regime Diferenciado de Contratação), diferente do regime adotado nesta licitação, que é o de empreitada por preço global.

Acórdão 619/2016: Deverá apresentar projeto básico tecnicamente adequado, elaborado por profissional competente, a necessária identificação de autoria e data de elaboração do projeto básico e do orçamento que o compõe, bem como a aprovação da autoridade competente do Sesi (Serviço Social da Indústria).

Resposta: Todas as exigências contidas neste acórdão foram apresentadas devidamente a todas as Licitantes, exceto a aprovação no Sesi, pois o objeto desta licitação trata-se de um prédio público destinado à Saúde e não a Indústria.

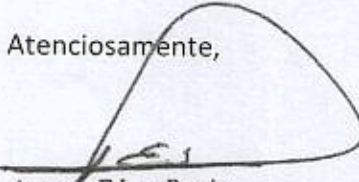
III – DOS PEDIDOS:

A) De acordo com o que aqui fora exposto, no sentido de dar algum amparo na formulação de respostas aos quesitos apresentados pela Recorrente, informo que mesmo que houvesse motivos suficientes para desclassificar a Vencedora, conforme solicitado, por certo haveria a necessidade de uma conferência mais rigorosa nas propostas das demais licitantes, uma vez que a análise técnica ocorreu unicamente na proposta de menor valor. Também foram percebidos alguns erros no preenchimento e também a falta de itens, nas demais propostas, numa análise mais superficial, diferenciando da Planilha Administrativa, podendo então ter sido a causa do valor final dessas propostas, vindo a alterar a classificação da segunda e terceira colocadas.

B) Declarar nulidade do processo, conforme sugere a recorrente, a meu ver, significaria a anulação de todo o processo licitatório, ficando a Prefeitura impossibilitada de declarar a recorrente como a Vencedora do certame.

C) A Licitante requer que seja encaminhado com urgência, cópia integral do presente processo ao órgão de Controle interno da Prefeitura. Quanto a essa solicitação, diferente da recorrente, declaro desconhecer o procedimento a ser tomado, no que diz respeito à Lei Orgânica do Município, mas acredito ser necessário primeiramente que seja levado ao conhecimento da assessoria e procuradoria Jurídica do Município.

Atenciosamente,


Antonio Edson Pereira
Eng. Civil CREA 2601863200
Divisão de Projetos



PARECER JURÍDICO 002/2020.

PROCESSO Nº 063/2020.

SOLICITAÇÃO 1233/2020.

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

INTERESSADO: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ementa:

I. Direito Administrativo. Tomada de Preços. Aquisição. Licitações e Contratos. Verificação dos Requisitos da Lei nº 8.666/93.

II. Contratação de empresa especializada para a reforma do hospital municipal, conforme Termo de Referência encartado. Modalidade Tomada de Preço.

Senhora Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

I. RELATÓRIO

Trata-se de consulta relativa ao Processo Licitatório nº 063/2020, Tomada de Preços - Menor Preço Global, com vistas à contratação de Empresa para Reforma do Hospital Municipal (anexo ao pronto atendimento) do município de Alto Garças/MT.

O processo veio instruído, o qual se encontra na fase de recurso contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação, que aceitou as propostas da empresa DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME, cuja proposta foi considerada vencedora.

Este é, em síntese, o relatório.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Em sede preliminar, destacamos que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, incumbindo a este órgão prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados, prerrogativa que cabe ao gestor público ao amoldar as orientações em tese ao caso concreto.



Partiremos, portanto, da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Pois bem, sustenta a recorrente, desclassificada, que na proposta da licitante DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME, licitante vencedora faltam a descrição do valor unitário.

Foram apresentadas as contrarrazões de recurso pela empresa DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME, onde a licitante defende que a sua classificação, bem como a sua habilitação atenderam as regras do edital.

Do exame da documentação acostada, conclui-se que os reclamos da recorrente, baseados em ilações dissociadas da realidade editalícia, não merecem prosperar.

Senão vejamos.

Nesse trilhar, constata-se que a empresa recorrida apresentou propostas de acordo com a forma estabelecida no edital, o qual não exigiu expressamente a juntada de planilhas de preços unitários detalhados ou qualquer outro documento, senão os expressos no Anexo II.

Não cabendo, portanto, a requisição de alteração do documento editalício para suprir a falta, caso haja, conforme preconiza o Art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

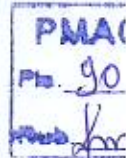
§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

O simples fato de a Empresa recorrente apresentar planilha mais detalhada



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020

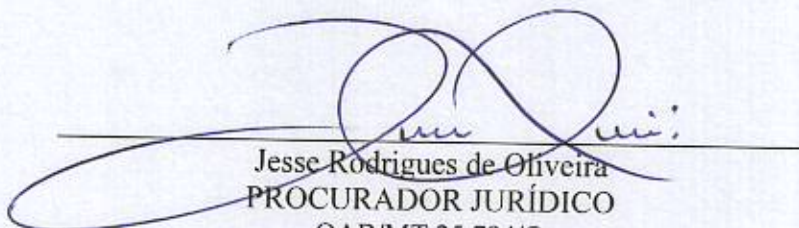


do que a apresentada como base no instrumento editalício, não garante que esta venha requerer o mesmo da empresa concorrente.

Por fim, de acordo com que determina a jurisprudência acima mencionada e conforme conclui o parecer da área Técnica requisitante, opino pelo não provimento de recurso, mantendo-se integralmente a decisão da Comissão Permanente De Licitação, posto que proferida de acordo com o que foi estabelecido no instrumento convocatório.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Alto Garças, 26 de junho de 2020


Jesse Rodrigues de Oliveira
PROCURADOR JURÍDICO
OAB/MT 25.794/O





**ATA DE JULGAMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA
DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2020

Trata-se da resposta ao recurso administrativo interposto contra a decisão da Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Garças – MT relacionado a tomada de preço acima referido.

SÍNTESE DOS FATOS DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Trata-se de análise do recurso administrativo oferecido pela empresa J FREITAS ROCHA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 29.450.690/0001-62, que participou do certame licitatório realizado na modalidade de Tomada de Preço nº 002/2020, conduzido pela Presidente da Comissão de Licitação Sra. Anne Caroline A. Freier Girardello, designada pela portaria nº 131/2020, na sede da Prefeitura Municipal. No seu recurso a recorrente alega que houve patente violação e ocorrência de irregularidades graves no certame, violando a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2020 e Súmula nº 258-TCU.

Assim, protocolou recurso, requerendo que a Presidente reverta a decisão proferida, inabilitando a empresa DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI ME, vencedora do certame; não sendo este o entendimento firmado, requer subsidiariamente que seja decretado a nulidade do processo a partir da habilitação da empresa DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI ME, declarando-se a empresa recorrente J FREITAS ROCHA EIRELI como vencedora do certame e ainda, caso não seja o entendimento firmado, requer subsidiariamente que seja encaminhado, com urgência necessária, cópia integral do presente processo ao órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Alto Garças/MT, para uma análise e auditoria minuciosa de todos os questionamentos elencados pela recorrente, bem como, ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

DO JULGAMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Partiremos, portanto, da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

Pois bem, sustenta a recorrente, desclassificada, que na proposta da licitante DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME, licitante vencedora



Ass. Jm



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020



faltam a descrição do valor unitário.

Foram apresentadas as contrarrazões de recurso pela empresa DRW CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL EIRELI - ME, onde a licitante defende que a sua classificação, bem como a sua habilitação atenderam as regras do edital.

Do exame da documentação acostada, conclui-se que os reclamos da recorrente, baseados em ilações dissociadas da realidade editalícia, não merecem prosperar.

Senão vejamos.

Nesse trilhar, constata-se que a empresa recorrida apresentou propostas de acordo com a forma estabelecida no edital, o qual não exigiu expressamente a juntada de planilhas de preços unitários detalhados ou qualquer outro documento, senão os expressos no Anexo II.

Não cabendo, portanto, a requisição de alteração do documento editalício para suprir a falta, caso haja, conforme preconiza o Art. 41, § 2º da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

O simples fato de a Empresa recorrente apresentar planilha mais detalhada do que a apresentada como base no instrumento editalício, não garante que esta venha requerer o mesmo da empresa concorrente.

Por fim, de acordo com que determina a jurisprudência acima mencionada e conforme conclui o parecer da área técnica de engenharia e jurídica, opinamos pelo não provimento de recurso, mantendo-se integralmente a decisão da Comissão Permanente de



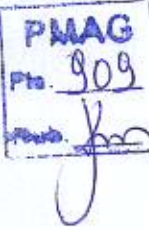
[Handwritten signature]



**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO

Gestão 2017/2020




Licitação, posto que proferida de acordo com o que foi estabelecido no instrumento convocatório.

A presente decisão será comunicada a recursante e disponibilizada no site www.altogarcas.mt.gov.br.

Nada mais a ser tratado, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando-se a presente Ata que, lida em conformidade vai assinada pelos presentes.

Alto Garças – MT, 26 de junho de 2020.


ANNE CAROLINE A. FREIER GIRARDELLO
Presidente

Membros:


LUANA CRISTINA BATISTA

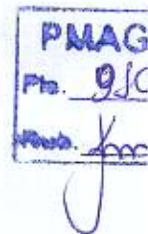

KARINNE M. DOS SANTOS MOTA





**PREFEITURA
ALTO GARÇAS**

UM NOVO CAMINHO
Gestão 2017/2020




DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

RATIFICO a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista os pareceres técnicos em anexo, reconhecendo o Recurso impetrado e INDEFERINDO o pedido da empresa J FREITAS ROCHA EIRELI, conforme consta nos autos do Processo Licitatório n. 063/2020 – Tomada de Preços n. 002/2020.

Publique-se no site da Prefeitura Municipal de Alto Garças e intime-se enviando cópia na íntegra da decisão a todos os participantes do certame licitatório.

Alto Garças - MT, 26 de junho de 2020.


CLAUDINEI SINGOLANO
Prefeito Municipal

